

### 3

## A comunicação social e a Igreja: de ameaça a novos areópagos

Veremos neste capítulo o pensamento da Igreja acerca da comunicação. Desde a sua fundação, a Igreja passou pela invenção de diversos meios de comunicação e teve que aprender a lidar com eles e com a sociedade que deles surgia. A forma como realizou essa tarefa não foi aleatória, mas fruto da sua eclesiologia, porque, como afirma Barros, a Igreja se comunica de acordo como se entende, se organiza e se coloca diante da sociedade<sup>83</sup>.

Nas primeiras comunidades os cristãos eram por si mesmos um instrumento de comunicação. O anúncio era feito predominantemente de forma oral, pessoa a pessoa, permitindo o diálogo e o debate. Era valorizado o testemunho dos batizados como forma de comunicação da Boa Nova.

Com o crescimento do cristianismo e o estabelecimento de uma ordem hierárquica, o modelo de comunicação eclesiástica predominante passou a ser o do púlpito, no qual quem fala é a autoridade - em sentido único -, para um grupo de receptores que têm pouca, ou nenhuma, possibilidade de interação e debate.

Nesse modelo, que é predominantemente linear e conservador, os meios de comunicação que surgiam na história (imprensa, cinema, rádio, TV) eram recebidos com prudência e desconfiança pelo Magistério da Igreja. A visão era moralista, interessando à Igreja impor regras para o uso dos meios com vista à tradição e à manutenção dos "bons costumes" na sociedade, que eram costumes de uma cultura predominantemente cristã.

Com o Concílio Vaticano II, buscou-se aprofundar o diálogo entre a Igreja e a sociedade, que deixava de viver uma cultura de cristandade. O Magistério trilha um caminho de *aggiornamento* e procura desenvolver ações mais eficazes e eficientes no campo da comunicação. O poder da mídia estava se consolidado na sociedade e o Concílio reconheceu que era necessário utilizar esses instrumentos para se comunicar com os fiéis<sup>84</sup>.

---

<sup>83</sup>Cf. BARROS, Marcelo. **Comunicação na conjuntura das Igrejas Cristãs**. Por uma Igreja comunicadora e servidora. In: SUZINA, Ana Cristina; RABELO, Desirée Cipriano; FAXINA, Elson (Orgs). **Mutirão Brasileiro de Comunicação**. Edições 1 e 2. São Paulo: UCBC/Pós-Escrito, 2003, p. 186.

<sup>84</sup>O modelo dessa comunicação era linear, de massa, mediado pelas tecnologias. É o modelo "de um para muitos", através de meios de comunicação tradicionais como jornal, rádio e televisão.

O Magistério Conciliar viu o avanço tecnológico, que proporciona a possibilidade de existência de novas formas de interação social mediadas, como uma etapa importante da evolução humana, que também provoca mudanças na prática da evangelização, da missão, do ser Igreja no mundo e na história, porque primeiro provocou uma mudança no ser humano e na sociedade.

Entretanto, não era de entendimento comum ainda que os meios de comunicação trazem com eles uma linguagem e uma cultura próprias, que condiciona o pensamento e a forma de agir dos indivíduos, inclusive com ressignificação da experiência religiosa por cada tecnologia. Por esse motivo, podemos constatar que o enfoque do Decreto *Inter Mirifica* ainda foi instrumentalista. Segundo esse entendimento, para se inserir na sociedade comunicacional bastava adquirir meios de comunicação e aprender a utilizar suas técnicas. Também acreditava-se que a simples regulação e normatização do uso dos meios seria suficiente para impedir que eles transformassem o indivíduo e, conseqüentemente, a sociedade. O que, ao longo da história, ficou comprovado que eram conclusões equivocadas.

Devido a necessidade de delimitarmos o tema, optamos neste capítulo inicialmente por analisar alguns documentos do Magistério Pontifício antes do Concílio Vaticano II que se referiram à comunicação e seus meios tecnológicos. Depois, alguns aspectos do Decreto Conciliar *Inter Mirifica*, seguido de documentos do Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais e da Carta Apostólica "O Rápido Desenvolvimento", de João Paulo II, promulgada em 2005, em comemoração ao 40º aniversário do Decreto *Inter Mirifica*<sup>85</sup>.

Dividimos essa reflexão em quatro partes: "Medo e desconfiança: a primeira reação", com análise de documentos anteriores ao Concílio Vaticano II, nos quais o Magistério se posicionou a respeito dos meios de comunicação que surgiam com o desenvolvimento das tecnologias; "*Inter Mirifica*: uma mudança epistemológica", sobre o Decreto Conciliar *Inter Mirifica*, que representou uma mudança categórica no discurso da Igreja sobre os meios de comunicação; "Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais: pensando a ação pastoral", uma reflexão sobre os documentos do PCCS, que buscaram aprofundar e atualizar a reflexão pastoral

---

<sup>85</sup> O documento foi publicado com "um ligeiro atraso", conforme definiu o então presidente do Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais Cardeal John Patrick Foley, no dia da apresentação da Carta Apostólica, em 21 de fevereiro de 2005.

iniciada pelos Padres Conciliares; e "Reconhecendo a existência da cultura midiática", uma explanação sobre a Carta Apostólica O Rápido Desenvolvimento.

### 3.1 Medo e desconfiança: a primeira reação

Com o surgimento da tecnologia de impressão e a conseqüente queda nos custos da produção, os livros e periódicos se tornaram mais acessíveis à população leiga. Esta novidade foi recebida com grande receio pelas autoridades eclesiásticas, pois o acesso a tais publicações não precisaria passar, necessariamente, pela aprovação da Igreja. Viviam-se o tempo da Cristandade e temia-se que os fiéis pudessem ser influenciados por publicações anticristãs e anticlericais. Por isso, a primeira reação não foi de acolhimento do novo invento e utilização do mesmo para a propagação do Evangelho, mas sim de auto defesa e controle/censura.

Em 1487 o Papa Inocêncio VII manifestou no documento *Inter Multiplices* a preocupação de que com a imprensa a liberdade de expressão saísse do controle (das autoridades eclesiásticas). Alguns anos depois surge o *Imprimatur*<sup>86</sup>, um exame prévio da Igreja sobre tudo o que se queria imprimir. Em 1559 foi criado pelo Papa Paulo IV o *Index Librorum Prohibitorum*<sup>87</sup>, uma lista de autores e livros considerados pela autoridade da Igreja como ofensivos à fé. As publicações suspeitas de heresias eram queimadas.

O Magistério volta a se ocupar da comunicação impressa em 25 de novembro de 1766, com a Encíclica *Christianae reipublicae*<sup>88</sup>, de Clemente XIII. Neste texto o Papa trata dos problemas ligados à literatura e às publicações em geral, defendendo uma posição de enfrentamento ao destacar o dever dos bispos em combater os textos considerados imorais:

Devemos despertar o entusiasmo de sua devoção para que os que são chamados a compartilhar nossa preocupação pastoral se juntem a nós para se opor a este mal com toda a energia possível. É necessário lutar amargamente, como a situação exige, e para erradicar com todas as nossas forças a destruição mortal causada por tais livros. A substância do erro nunca será removida a menos que os elementos criminosos da maldade queimem no fogo e pereçam.<sup>89</sup>

<sup>86</sup>O "Imprimatur" (imprima-se) é uma permissão concedida por autoridade religiosa para que seja impresso texto submetido à sua censura, e que passa a figurar no verso da página de rosto ou do anterrosto.

<sup>87</sup> Este índice só foi suspenso em 1966 por Paulo VI.

<sup>88</sup> Disponível em <http://www.papalencyclicals.net/Clem13/c13chris.htm>.

<sup>89</sup> CLEMENTE XIII. **Encíclica *Christianae reipublicae***. Vaticano, 1776, n. 2. Tradução livre. Disponível em [www.vatican.va](http://www.vatican.va).

Esse parágrafo do documento demonstra o pensamento que vigorava na época: a Igreja se considerava uma "tutora" da humanidade e por isso a publicação de livros precisava ser monitorada e passar por seu crivo. Os bispos eram tidos como os grandes defensores da moral e, por isso, eram juízes de valor e, como tais, deveriam combater a livre produção de impressos. A liberdade de impressão era uma ameaça à cristandade, pois, como citado anteriormente, possibilitava a liberdade de expressão, com a impressão de livros considerados contrários à fé, que poderiam assim chegar às famílias e as influenciar.

Depois de Clemente XIII, Leão XIII dedicou-se ao tema da Comunicação, tornando-se o primeiro Pontífice a receber a imprensa em audiência coletiva (em fevereiro de 1879). Mas, embora seu pensamento não se distanciasse muito dos seus predecessores, sua abordagem deixou de ser somente lamuriosa e medrosa. Ele adotou uma atitude do tipo "guerra corpo a corpo" ao incentivar as autoridades eclesiais a opor "escrito a escrito", "publicação a publicação". Defendia que se muitos utilizavam a imprensa para difundir o mal e combater a Igreja, os bispos deveriam utilizar a imprensa para difundir a mensagem cristã e condenar o mal<sup>90</sup>. No século XX, o primeiro documento do Magistério acerca dos meios de comunicação foi a Carta Encíclica *Vigilanti cura*<sup>91</sup> (1936), de Pio XI. Martins assinala que é no pontificado de Pio XI que a perspectiva do magistério papal acerca da comunicação social começa a mudar e os meios de comunicação passam a ser olhados como "potentíssimos meios de divulgação", "instrumentos magníficos", dons de Deus

características que lhes advêm sobretudo do fato de lidarem com a palavra. Na verdade, a palavra possui por si mesma o poder de expressar o pensamento, de dominar a vontade e, através desta, "toda a alma". [...] Esta afirmação não aparece, no entanto, desenvolvida nas suas consequências teológicas: é simplesmente afirmada, quase de passagem.<sup>92</sup>

O entendimento instrumentalista da comunicação, também traz como consequência uma visão reducionista acerca da sua influência no mundo. A partir de Pio XI, os meios de comunicação passam a ser "considerados como instrumentos

<sup>90</sup> PUNTEL, 2005, p. 119.

<sup>91</sup> PIO XI. *Carta Encíclica Vigilanti cura*. Vaticano, 1936.

<sup>92</sup> MARTINS, Nuno Brás da Silva. *Cristo O comunicador perfeito*. Delineamento de uma teologia da comunicação à luz da Instrução Pastoral *Communio et Progressio*. Lisboa: Didaskalia, 2000, pp. 41 e 42.

neutros, ainda que poderosos – tão poderosos que se podem tornar na potência mais maléfica ou mais benéfica da vida do mundo<sup>93</sup>. Se já houvesse uma compreensão acerca da cultura da comunicação, essa afirmação não teria sentido. Pois os meios de comunicação não são totalmente neutros, uma vez que trazem consigo uma cultura própria, que influencia no modo de ser, pensar e agir do ser humano. O fato de serem tratados de instrumentos pretende referir a sua tecnicidade e o seu caráter de utensílio apenas. É claro que o uso que se faz deles potencializa o que essa cultura tenha de bom ou de ruim, mas uma coisa que ela não é, justamente, é ser totalmente neutra.

Ainda sobre Pio XI, sublinhamos que na Carta Encíclica *Vigilanti cura*, sobre o cinema, embora o Papa manifeste uma posição um pouco mais positiva que os documentos de 1766 e 1879, apresentando os valores e as oportunidades oferecidas pelo cinema, ainda há destaque para a necessidade de defender a fé cristã dos perigos e distorções que esse meio de comunicação pode produzir na sociedade<sup>94</sup>, conforme vemos no texto:

É, portanto, uma das supremas necessidades do nosso tempo vigiar e trabalhar, para que o cinema não continue a ser escola de corrupção, mas se transforme, ao contrário, em precioso instrumento de educação e elevação da humanidade.<sup>95</sup>

A segunda encíclica sobre a comunicação no século XX foi a *Miranda prorsus*<sup>96</sup> (1957) de Pio XII. Ela amplia a discussão iniciada por Pio XI, somando a ela questões relativas ao rádio e à televisão. Valoriza também os aspectos positivos dos meios eletrônicos, e explica a posição do Magistério em relação às tecnologias da comunicação como uma atitude de prudência, gerada por sua maternidade-paternidade em relação aos batizados:

Com particular alegria, mas também com prudência vigilante de mãe, procurou, desde o princípio, a Igreja seguir e proteger os seus filhos no caminho maravilhoso do progresso das técnicas de difusão.

[...] E é precisamente para orientar para o bem das almas estes dons da providência, que paternalmente vos exortamos não só à devida vigilância, mas também à intervenção positiva.<sup>97</sup>

<sup>93</sup>MARTINS, 2000, p. 41.

<sup>94</sup>Cf. DARIVA, Noemi (org). **Comunicação social na Igreja – Documentos fundamentais**. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 19.

<sup>95</sup>PIO XI. **Carta Encíclica *Vigilanti cura***. Vaticano, 1936, n. 30. Disponível em [www.vatican.va](http://www.vatican.va).

<sup>96</sup>PIO XII. **Carta Encíclica *Miranda prorsus***. Vaticano, 1957. Disponível em [www.vatican.va](http://www.vatican.va).

<sup>97</sup>PIO XII. **Carta Encíclica *Miranda prorsus***. Vaticano, 1957, nn. 4, 30 e 157. Disponível em [www.vatican.va](http://www.vatican.va).

Alegria, prudência e espírito vigilante. São esses os sentimentos expressos no texto, que incentiva a Igreja a uma "intervenção positiva" na comunicação. "Pio XII [...] é o Papa que defende com entusiasmo a presença dos católicos nos meios de comunicação, de modo a que estes possam ser usados para o bem e para a difusão da mensagem de Cristo"<sup>98</sup>. Dariva afirma que muitos críticos acreditam que o documento de Pio XII estivesse bem próximo do espírito da Instrução Pastoral *Communio et Progressio*, publicada 14 anos depois. Para Dariva, Pio XII demonstra na Encíclica uma grande capacidade de análise sobre os meios eletrônicos e sobre o potencial e desafios pastorais que eles trazem para a Igreja<sup>99</sup>. Martins concorda:

É Pio XII que, pela primeira vez, apresenta unidos, referindo-se à comunicação social (no caso a imprensa), os dois conceitos de progresso e comunhão que iremos depois encontrar na *Communio et Progressio*.<sup>100</sup>

Em 1961, o Papa João XXIII se manifestou acerca dos meios de comunicação, com a Carta *Nostris patris*, enviada ao presidente da Comissão Pontifícia para o Cinema, o Rádio e a Televisão, por ocasião do aniversário de 25 anos da Carta Encíclica *Vigilante Cura*. Não há, entretanto, grandes avanços, pois mais uma vez o texto manifesta uma posição de vigilância, regulação e desconfiança, reforçando as questões já colocadas por Pio XI.

É na realidade o Papa Paulo VI que dá um passo adiante, no espírito do Concílio Vaticano II, em sua primeira Encíclica, *Ecclesiam suam*, no ano de 1964. Ao tratar sobre "os caminhos da Igreja hoje", o Pontífice afirma que o diálogo com a sociedade é aspecto capital da vida hodierna da Igreja. "A Igreja deve entrar em diálogo com o mundo em que vive. A Igreja faz-se palavra, faz-se mensagem, faz-se colóquio."<sup>101</sup>

Gonçalves destaca as quatro características apresentadas por Paulo VI neste documento que devem marcar o diálogo da Igreja com o mundo: clareza, mansidão, confiança e prudência pedagógica.

Clareza: linguagem "compreensível, popular, digna". Mansidão: sem nada de pungente ou ofensivo. "A autoridade vem-lhe da verdade que expõe, da caridade que difunde, do exemplo que propõe; não é comando nem imposição". Com quem dialogar? – interrogava-se Paulo VI. Com todos os que o aceitarem. A Igreja é "católica": ninguém é alheia ao seu coração, ninguém é indiferente ao seu ministério.

<sup>98</sup> MARTINS, 2000, p. 43.

<sup>99</sup> Cf. DARIVA, 2003, p. 33.

<sup>100</sup> MARTINS, 2000, p. 44.

<sup>101</sup> PAULO VI. Carta Encíclica *Ecclesiam suam*. Vaticano, 1964, n. 38. Disponível em [www.vatican.va](http://www.vatican.va).

“Tudo o que é humano nos diz respeito [...] A nossa atitude é completamente desinteressada – sem ambições políticas ou temporais [...] Não somos a civilização, somos seus promotores”.<sup>102</sup>

"Não somos a civilização"<sup>103</sup>. Esta simples afirmação representa um passo importante dado pelo Magistério Pontifício para a abertura do diálogo com a sociedade impactada pelos modernos meios de comunicação. A Igreja reconhece que não é um fim em si mesma. Ela não existe para si, nem é o fiel da balança da humanidade. A Igreja é serva. Existe para servir o Evangelho, e nele e por ele, a humanidade. É canal, não ponto de chegada. Ela não é a Verdade, mas a conhece e dela dá testemunho ao mundo.

E com esse espírito se desenvolveu o Concílio Vaticano II, que teve como um de seus primeiros frutos o Decreto *Inter Mirifica*, sobre as Comunicações Sociais, mas não só. Para se entender bem o *Inter Mirifica* é preciso olhar para o conjunto dos documentos conciliares e perceber que a Igreja que receberia esse decreto e era convidada a vivê-lo é uma Igreja no mundo, povo de Deus, Corpo de Cristo e Sacramento da Salvação. Cada uma dessas características tem uma importância singular para compreensão dos desafios assumidos com relação à Comunicação Social, como veremos a seguir.

### 3.2 Inter Mirifica: uma mudança epistemológica

O Decreto *Inter Mirifica* inicia uma mudança epistemológica no discurso da Igreja com relação aos meios de comunicação<sup>104</sup>. É um documento curto, com apenas 24 artigos, que estão assim divididos: Introdução (2 artigos); Capítulo 1 (10 artigos que tratam de doutrina); Capítulo 2 (10 artigos sobre a ação pastoral); e Conclusão (2 artigos). Logo no início do texto lemos a afirmação:

Constituída para fazer chegar a todos os seres humanos a salvação de Cristo, Nosso Senhor, a Igreja Católica se vê premiada pela necessidade de evangelizar. Compete-

<sup>102</sup> GONÇALVES, José Maria Pacheco. **Igreja e Comunicação, ontem e hoje: exigências, dificuldades e desafios**. Conferência proferida na sessão comemorativa dos 100 anos do jornal “A Ordem”, no dia 4 de maio de 2013, na cidade do Porto, Portugal. O palestrante faz referência aos nn. 47, 53 e 54 da Carta Encíclica *Ecclesiam suam*. Disponível em [goo.gl/RQzIE0](http://goo.gl/RQzIE0).

<sup>103</sup> PAULO VI. **Carta Encíclica *Ecclesiam suam***. Vaticano, 1964. n. 54. Disponível em [www.vatican.va](http://www.vatican.va).

<sup>104</sup> Com o *Inter Mirifica* a Igreja inicia um caminho de reconhecimento da comunicação como um dom de Deus, bem como de seu aspecto social, passando a ser denominada por isso como “comunicação social”. Junto a este conceito, os Padres Conciliares manifestaram que “a comunicação não pode reduzir-se a simples instrumentos técnicos de transmissão, mas deve ser considerada como um processo entre os homens” (DARIVA. Noemi [org]. **Comunicação social na Igreja – Documentos fundamentais**. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 68.).

lhe anunciar a salvação por todos os meios de comunicação social, lembrando aos seres humanos como usá-los devidamente.<sup>105</sup>

O sentido desse texto do decreto pode ser compreendido com a ajuda de outro documento conciliar, a *Lumen Gentium*: "A Igreja é, em Cristo, como que o sacramento ou o sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano"<sup>106</sup>. Para tanto, ela é chamada a resplandecer a luz de Cristo. Ela não é a luz, mas a resplandece. Ainda a LG nos explica que a Igreja se torna como que o sacramento universal da salvação porque Cristo, pelo Espírito Santo, após a ressurreição, a constituiu seu Corpo<sup>107</sup>. É, portanto, Sacramento de Cristo, que é o Sacramento Primordial, que revela o amor do Pai pela humanidade.

Para cumprir a missão de anunciar essa boa notícia (evangelizar), a Igreja precisa anunciar, fazê-la chegar ao homem e a mulher imersos em cada tempo histórico, no qual ela mesma está inserida. Wojtyła entende que o Concílio Vaticano II buscou responder a pergunta "que significa ser crente, ser membro da Igreja?" "E na resposta leva em consideração a verdade integral sobre o homem como pessoa que vive no mundo e é condicionada de vários modos por outros homens e pelas sociedades humanas"<sup>108</sup>.

Como Igreja no mundo, afirma outro documento do Concílio Vaticano II, a *Gaudium et spes*, deve preocupar-se em reconhecer, acolher e responder aos desafios impostos pela história. Porque "as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo"<sup>109</sup>. A partir desse enunciado, o Magistério Conciliar vai afirmar que nada que seja reconhecidamente humano deve ser ignorado pela Igreja, pois

Em virtude de sua missão, que é iluminar o mundo inteiro com a mensagem evangélica e reunir num único Espírito todos os homens de todas as nações, raças e culturas, a Igreja torna-se o sinal daquela fraternidade que permite e consolida o diálogo sincero [...]<sup>110</sup>

Presente no mundo, ela precisa se ocupar dele para que possa cumprir a missão citada pela GS e ser Sacramento da Salvação, ou seja, sinal da salvação

<sup>105</sup> CONCÍLIO VATICANO II. *Decreto Conciliar Inter Mirifica*. Vaticano, 1963, n. 03. Disponível em [www.vatican.va](http://www.vatican.va).

<sup>106</sup> CONCÍLIO VATICANO II. *Constituição Dogmática Lumen Gentium*, n.1.

<sup>107</sup> LG, n. 48.

<sup>108</sup> WOJTYLA, Karol. *Fontes da Renovação. Estudo sobre a prática do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Loyola, 1985, p. 24.

<sup>109</sup> CONCÍLIO VATICANO II. *Constituição Pastoral Gaudium et spes*, n. 1.

<sup>110</sup> GS, n. 92.

que Deus realizou através da Encarnação de Cristo. E se nada que existe e acontece aos homens, no mundo, pode ser ignorado pela Igreja, também as tecnologias da comunicação não podem ser negadas ou negligenciadas. Por isso o tema não poderia deixar de figurar entre as reflexões dos Padres Conciliares.

O primeiro artigo do *Inter Mirifica*, aprovado antes da *Lumen Gentium* e da *Gaudium et spes*<sup>111</sup>, mostra como de certa forma o decreto já apontava para o caminho que estava sendo percorrido pelo Concílio. Num movimento de abertura às novas tecnologias, rompendo com a postura anterior de censura, desconfiança, enfrentamento e até negação, o documento afirma que os meios de comunicação são boas invenções, são potentes e têm poder de transformação. Embora o tema não fosse sua especialidade, os Padres Conciliares perceberam que pela Comunicação Social "a Igreja encontra, pela primeira vez na sua história, a possibilidade de dirigir-se ao 'auditório' que lhe foi confiado, isto é, o mundo inteiro"<sup>112</sup>.

Sendo o segundo documento conciliar a ficar pronto<sup>113</sup>, o texto recebeu muitas críticas dos profissionais da comunicação, na época de sua aprovação. Embora não tenha agradado os comunicadores, representou um importante passo dado pela Igreja<sup>114</sup> também por apresentar a primeira orientação geral para o clero e para os leigos sobre o emprego dos meios de comunicação social, e reconhecer a utilização dos instrumentos da comunicação social como "um direito" e "uma obrigação" da Igreja<sup>115</sup>.

<sup>111</sup> O *Inter Mirifica* foi aprovado em 1963, a *Lumen Gentium* em 1964 e a *Gaudium et spes* em 1965.

<sup>112</sup> MORAES, Abimar Oliveira de. **Inter Mirifica. Uma tentativa de reconhecer e entender o mundo da Comunicação Social.** Revista Atualidade Teológica nº 18. Letra Capital: Rio de Janeiro, 2004, p. 381.

<sup>113</sup> O primeiro documento do Concílio Vaticano II a ficar pronto foi a Constituição *Sacrosanctum Concilium*, sobre a Sagrada Liturgia.

<sup>114</sup> Em conferência proferida em 21 de fevereiro de 2005, no Vaticano, D. John Patrick Foley, que foi presidente do Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais (1984-2007) e participou do Concílio Vaticano II como sacerdote, afirmou que ao contrário do que os profissionais achavam, o *Inter Mirifica* representou um grande avanço para a Igreja. Contou ele: "Antes da promulgação do Decreto *Inter Mirifica* aproximaram-se de mim alguns dos meus colegas jornalistas, que me pediram para assinar um documento de protesto contra o mesmo Decreto. Rejeitei, porque pela primeira vez um Concílio da Igreja tinha abordado especificamente o tema das comunicações sociais e porque o Decreto exigia a preparação de uma instrução pastoral sobre as comunicações sociais. Além disso, o mesmo documento propunha a constituição de um departamento especial do Vaticano que se ocupasse de todos os instrumentos de comunicação social. Tudo isto me parecia um milagre virtual, que dificilmente merecia um protesto!" (Conferência realizada na apresentação para a imprensa da Carta Apostólica "O Rápido Desenvolvimento", do Papa João Paulo II. Disponível em <http://goo.gl/bCxPXs>).

<sup>115</sup> PUNTEL, Joana. **Inter Mirifica. Texto e comentário.** São Paulo: Paulinas, 2012, p.51: "O n. 3 do decreto inicia com uma afirmação importante: o direito natural que a Igreja tem de usar os

Esta afirmação cria um precedente importante, especialmente em se tratando de um Concílio pastoral, que tinha como objetivo colocar a Igreja em movimento diante da sociedade que vivia os frutos do modernismo e da revolução tecnológica: não seria mais possível se fechar os meios de comunicação e à cultura produzida por eles. Também dava um recado importante aos regimes totalitários que questionavam e até negavam à Igreja o direito de utilizar e possuir meios de comunicação.

Ficou claro que para o Magistério conciliar é imprescindível utilizar-se dos modernos meios de comunicação para anunciar o Evangelho na sociedade tecnológica. Essa foi uma questão fechada. O que permaneceu em aberto foi o como fazer isso. E essa resposta ficou a cargo da Comissão para as Comunicações Sociais.

Não trataremos aqui do conteúdo e do contexto das controvérsias em torno do texto aprovado<sup>116</sup>, nem do histórico de sua aprovação<sup>117</sup>. Para o objetivo dessa pesquisa, interessa-nos destacar algumas posições dos Padres Conciliares que demonstram como a Igreja passa a adotar um discurso positivo, de incentivo ao uso dos meios de comunicação. Registraremos, também, algumas lacunas apontadas por pesquisadores do tema.

---

meios e de ensinar a sua reta utilização. Neste caso, a Igreja se coloca com o direito radical de, como qualquer outra organização social, possuir e usar tais meios, como úteis à educação cristã, cabendo aos pastores a orientação para o seu uso adequado."

<sup>116</sup> Em **Inter Mirifica— aceitação oficial da Igreja dos meios de comunicação para desenvolver um trabalho pastoral**, Puntel relata: "O alto nível de oposição ao decreto, segundo o estudioso Baragli, foi atribuído à publicação simultânea de várias críticas ao documento, feitas por jornalistas em diversos jornais influentes da Europa e dos Estados Unidos. Houve três correntes de crítica: uma francesa, outra americana e uma terceira alemã. Para se aprofundar na questão: PUNTEL, Joana. **Inter Mirifica. Texto e comentário**. Coleção Revisitar o Concílio. São Paulo: Paulinas, 2012.

<sup>117</sup> O Cardeal Orani João Tempesta conta resumidamente, em artigo publicado pelo Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais, como foi o processo de aprovação do Decreto: "o primeiro projeto de um documento sobre os meios de comunicação social foi apresentado ao Concílio na 25ª quinta Congregação Geral durante a primeira sessão, e debatido durante três congregações gerais. O esquema contava então com 114 parágrafos e ocupava 40 páginas. Terminado os debates o texto foi substancialmente aprovado, mas a comissão recebeu o encargo de extrair do projeto os princípios doutrinários essenciais e as diretrizes pastorais mais genéricas para formulá-lo de modo conciso. Um ano depois na sexagésima sétima Congregação Geral que foi no dia 14 de novembro de 1963, a Comissão apresentou ao plenário o novo texto, emendado e reduzido, de 40 páginas para 9 e de 114 parágrafos para 24 a dois capítulos. Não houve um novo debate, mas o texto recebeu 368 votos modificativos. Na sessão solene do dia 4 dezembro de 1963 conseguiu 1960 votos positivos, contra 164 votos negativos. Foi aprovado pelo papa Paulo VI e promulgado com nome de *Inter Mirifica*". Disponível em: [goo.gl/JjqTiL](http://goo.gl/JjqTiL).

### 3.2.1 Senso de urgência

Podemos notar o senso de urgência presente no IM especialmente quando o texto chama a atenção dos pastores da Igreja para que "sem demora" se empenhem na utilização desses meios para a divulgação do Evangelho:

Todos os filhos da Igreja colaborem, com espírito verdadeiramente comunitário, na utilização dos meios de comunicação social para o apostolado. Façam-no sem demora e com maior empenho, pois se trata de uma tarefa urgente, na qual se devem antecipar às iniciativas contrárias, especialmente nas regiões em que o progresso religioso e moral mais o exigem.<sup>118</sup>

Esse senso de urgência dos Padres Conciliares também conclama os bispos a investirem em emissoras, em revistas e periódicos<sup>119</sup> de inspiração católica.

### 3.2.2 Formação para comunicação

No tocante à formação para a comunicação, o *Inter Mirifica* também dá um passo à frente. Sem deixar de mencionar a necessidade de formação crítica do receptor, o documento deixa explícito a necessidade de se oferecer a sacerdotes e leigos uma formação sólida sobre comunicação, pois diz enfaticamente que

tudo isso requer pessoal especializado no uso desses meios para o apostolado. É indispensável pensar em formar, desde cedo, sacerdotes, religiosos e leigos que desempenhem tais tarefas.<sup>120</sup>

Não menos importante é o incentivo à preparação dos leigos para atuação nos meios de comunicação: formação doutrinária, moral e técnica. Neste sentido, também preocupa-se em oferecer uma formação cristã aos "jornalistas, autores, cineastas, radialistas e comunicadores de televisão", através do investimento e incentivo das escolas, institutos e faculdades de comunicação<sup>121</sup>.

Desta forma, a ação da Igreja aconteceria já na base, na formação do comunicador, oferecendo-lhe parâmetros e subsídios para o exercício de sua profissão, com fundamento nos princípios morais e éticos que a Igreja considera importantes e válidos para toda a sociedade.

<sup>118</sup>IM, nn. 3 e 13.

<sup>119</sup>IM, nn. 14 e 17.

<sup>120</sup>PUNTEL, 2012, p.69.

<sup>121</sup>IM, n. 15.

### 3.2.3 Processo de relacionalidade

Ao se referir à comunicação e aos seus instrumentos, o Decreto preferiu utilizar os termos "comunicação social" e "meios de comunicação social". Preferiu esta nomenclatura à usual que falava de "meios audiovisuais", "técnicas de difusão", "*mass media*" ou "comunicação de massa".

Para Puntel, a adoção dessa nomenclatura

baseou-se no fato de que o decreto queria referir-se a todas as tecnologias de comunicação. Depois, o Vaticano II usou um conceito de tecnologia que não se atinha apenas às técnicas ou à difusão destas, mas incluía os atos humanos decorrentes, que são, no fundo, a principal preocupação da Igreja em seu trabalho pastoral. Do mesmo modo, a expressão "comunicação social" foi preferida aos termos "*mass media*" e "*mass communication*", que parecem discutíveis e ambíguos por sugerirem a "massificação", como se esta fosse decorrência inevitável da utilização dos instrumentos de comunicação social. A Igreja quis assumir assim uma visão mais otimista da comunicação frente às "questões sociais".<sup>122</sup>

Para a autora isso significa que os Padres Conciliares quiseram não apenas se referir às técnicas, mas também ao aspecto humano e relacional: ao "agente que opera as técnicas (e os que o recebem)", ensinando ao homem o seu correto uso.

### 3.2.4 Ação Pastoral

O Decreto cria o Dia Mundial das Comunicações Sociais<sup>123</sup>, para o qual anualmente o Santo Padre, desde então, escreve uma mensagem, colocando assim a comunicação como pauta de reflexão constante da Igreja. Desta forma, há 50 anos, a Igreja tem acompanhado, ao menos intelectualmente, pela palavra do Magistério Pontifício, a evolução tecnológica dos meios de comunicação e a consolidação da cultura midiática na sociedade.

Moraes explica o que significa essa atitude do Magistério: "pode-se dizer que a partir do Concílio Vaticano II comunicação e comunhão são sinônimas no discurso da Igreja Católica". Para o autor, esta compreensão torna a Igreja capaz de perceber que o seu desafio pastoral é o de oferecer "aquelas palavras de vida

<sup>122</sup>Cf. PUNTEL, Joana. *Inter Mirifica – aceitação oficial da Igreja dos meios de comunicação para desenvolver um trabalho pastoral*. São Paulo: Revista Espaço, dezembro de 2003. Disponível em <https://goo.gl/wiWN6J>.

<sup>123</sup>IM, n.18.

eterna que somente Jesus Cristo, Santo de Deus pode comunicar, da qual ela é legítima depositária"<sup>124</sup>.

O autor destaca que o Concílio legitimou "com a sua autoridade os esforços dos pioneiros que, há algum tempo, esperavam o reconhecimento da Comunicação Social como um setor privilegiado da Pastoral"<sup>125</sup>. Para tanto, as dioceses devem contribuir financeiramente para o sustento da Pastoral da Comunicação<sup>126</sup>.

### 3.2.5 Limitações

Entre as limitações do documento, que foi drasticamente reduzido a 24 artigos, conforme relatado anteriormente, Puntel destaca a inexistência de uma palavra acerca das "forças que articulam os meios de comunicação: por exemplo, anúncios, marketing, relações públicas e propaganda", pois o texto somente se refere ao que na época eram considerados meios de comunicação: imprensa, cinema, rádio e televisão, e outros meios semelhantes. Tudo isso porque, segundo a autora,

[...] ao longo de sua história e, ainda hoje, a Igreja continua, em grande parte, "presa" ao discurso dos instrumentos, à utilização das técnicas, enquanto o discurso da comunicação já se tornou mais amplo e complexo, incluindo uma gama de variedades e interferências na cultura midiática atual.<sup>127</sup>

Martins destaca o fato de ter sido excluído o tratamento de temas como a socialização, a cultura e a civilização, o que acabou por delimitar negativamente o documento posterior, a Instrução Pastoral *Communio et Progressio*, pois o Decreto estabeleceu que fosse escrita uma instrução pastoral sobre os instrumentos de comunicação social que apresentasse um desenvolvimento dos princípios apresentados no Decreto *Inter Mirifica*<sup>128</sup>.

Moraes aponta outras duas limitações: "o Decreto olhou o passado e não o futuro, olhou para dentro e não para fora. Ele não aproveitou as realizações criativas do profissionalismo e da prática secular em Comunicação Social"<sup>129</sup>.

<sup>124</sup> MORAES, Abimar Oliveira de. **Inter Mirifica. Uma tentativa de reconhecer e entender o mundo da Comunicação Social**. Revista Atualidade Teológica nº 18. Letra Capital: Rio de Janeiro, 2004, p. 390.

<sup>125</sup> MORAES, 2004, p. 386.

<sup>126</sup> Cf. **IM**, n. 17.

<sup>127</sup> PUNTEL, 2003. Disponível em <https://goo.gl/wiWN6J>

<sup>128</sup> MARTINS, 2000, p. 77.

<sup>129</sup> MORAES, 2004, p. 388.

### 3.3 Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais: pensando a ação pastoral

Entre as conquistas do *Inter Mirifica* destaca-se também a determinação de que fosse criado um secretariado mundial especializado nos meios de comunicação, que foi consolidado em 1964, por Paulo VI. Inicialmente criado como Comissão para as Comunicações Sociais, tornou-se em 1988 um Pontifício Conselho (PCCS)<sup>130</sup>.

O Decreto estabeleceu ainda que fossem criados secretariados nacionais de imprensa, cinema, rádio e televisão, "com a devida dotação de recursos". Um secretariado misto, formado por bispos e leigos "de boa formação católica e tecnicamente capazes". A principal missão desse grupo era estabelecer um "apostolado eficaz" no âmbito nacional, para a "formação da consciência dos fiéis que usam desses meios", bem como "orientar e proteger tudo o que seja feito nesse setor pelos católicos". Outra determinação foi de que as iniciativas nacionais dessem as mãos "para cooperar também no âmbito internacional", sendo a Santa Sé a única instância que pode aprovar as associações internacionais<sup>131</sup>.

Dois importantes documentos pastorais marcam a trajetória do Pontifício Conselho: *Communio et Progressio*, de 1971, e *Aetatis Novae*, de 1992, que analisaremos a seguir.

#### 3.3.1 *Communio et Progressio*

Como desdobramento do Concílio Vaticano II e do seu Decreto *Inter Mirifica*, a Instrução Pastoral *Communio et Progressio* – sobre os meios de comunicação social – foi promulgada em 1971, cumprindo a determinação dos Padres Conciliares<sup>132</sup>. Seguindo o pensamento do *Inter Mirifica*, com uma linguagem não normativa, mas pastoral, afirma como positiva a relação da Igreja com a comunicação, valorizando esta última como dom de Deus, "na medida em que, segundo intenção

<sup>130</sup> Em junho de 2016 o Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais (PCCS) foi incorporado a um novo Dicastério da Cúria Romana: a Secretaria para a Comunicação, criado pelo Papa Francisco através de uma Carta Apostólica em forma de "*Motu proprio*".

<sup>131</sup> Cf. **IM**, n. 21.

<sup>132</sup> Cf. **IM**, n. 23.

providencial, criam laços de solidariedade entre os homens, pondo-se assim a serviço da Sua vontade salvífica"<sup>133</sup>.

No documento, o PCCS afirma que os meios de comunicação social prestam um tríplice serviço à Igreja:

possibilitam a sua manifestação ao mundo; promovem, no seio da mesma Igreja, o diálogo; finalmente, põem-na ao corrente da mentalidade das pessoas de hoje, às quais ela deve anunciar o evangelho, mas usando uma linguagem compreensível ao mundo e partindo da problemática que agita o gênero humano.<sup>134</sup>

Para Sassi, "a comunicação se torna assim alternada: a Igreja se comunica ao mundo; os vários componentes da Igreja se comunicam entre si; o mundo comunica à Igreja".

Seria, portanto, muito apressado pensar o testemunho cristão na comunicação como simples processo de tecnologias comunicativas ou uma criação de produtos católicos. Sem uma estratégia eclesial global, que valorize a multiplicidade da comunicação, o empenho cristão na comunicação se reduz a um esforço concorrencial no mercado editorial, radiofônico, televisivo.<sup>135</sup>

Com 187 parágrafos, a *Communio et Progressio*, considerada a "Magna Carta" da comunicação cristã<sup>136</sup>, apresenta à Igreja as bases da Teologia da Comunicação e uma reflexão pastoral sobre os meios de comunicação social admitindo que eles atingem e afetam toda sociedade humana. Por esse motivo, estimula a Igreja a utilizar as novas tecnologias para propagação do Evangelho<sup>137</sup>. Afirma o documento:

Do mesmo modo que Cristo se comportou durante a sua vida terrestre, como o modelo perfeito do 'comunicador', e os apóstolos usaram os meios de comunicação então ao seu alcance, também o nosso trabalho apostólico atual deve usar as mais recentes descobertas da técnica. De fato seria impossível, hoje em dia, cumprir o mandato de Cristo, sem utilizar as vantagens oferecidas por esses meios que permitem levar a mensagem a um número muito superior de homens.<sup>138</sup>

A Igreja pós-conciliar reconhece que os meios de comunicação atingem, influenciam e afetam toda a sociedade humana, porém, a ênfase do Magistério na *Communio et Progressio* ainda é dada ao uso instrumental da mídia e não à cultu-

<sup>133</sup> PONTIFÍCIO CONSELHO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS. **Instrução Pastoral *Communio et Progressio***. Vaticano, 1971, n. 02. Disponível em [www.vatican.va](http://www.vatican.va).

<sup>134</sup> CP, n. 125.

<sup>135</sup> SASSI, Silvio. **Aprofundando a relação entre pastoral e comunicação**. Revista Vida Pastoral, edição de janeiro-fevereiro de 2009, pp. 5-6. Disponível em: <https://goo.gl/7LyaNC>

<sup>136</sup> DARIVA, Noemi (org). **Comunicação social na Igreja – Documentos fundamentais**. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 82.

<sup>137</sup> CP, especialmente dos parágrafos 126 a 161.

<sup>138</sup> CP, n.126.

ra criada por ela, que só será citada num documento oficial em 1990, na Carta Encíclica *Redemptoris Missio*<sup>139</sup>.

Destacamos a seguir alguns princípios apontados pela *Communio et Progressio*, que julgamos importantes para o contexto dessa pesquisa:

**A visão dos meios de comunicação como instrumento do progresso humano** – o documento afirma que os meios de comunicação social são importantes para o progresso humano e estão em conformidade com os planos de Deus para a salvação da humanidade, pois possibilitam a comunhão e o progresso das relações humanas. Por isso mesmo é dever de todos os homens utilizá-los com responsabilidade, para que promovam a procura da verdade e a unidade entre pessoas e povos, em vista do bem comum.<sup>140</sup>

**O direito à liberdade de expressão e informação** – o Pontifício Conselho valorizou a opinião pública e a liberdade de expressão como características da natureza social do homem, e reconheceu que elas contribuem para o enriquecimento e o progresso da vida social.<sup>141</sup>

Nesta temática, o documento faz uma afirmação muito importante para a comunicação católica, especialmente em tempos em que o secularismo avança na sociedade e muitos contestam a concessão de emissoras de rádio e canais de TV para a Igreja: todos os indivíduos têm direito de ter acesso à informação, bem como têm o direito de informar (comunicar) livremente. "Na prática da vida social, este direito de comunicação implica possibilidade, para indivíduos e grupos, de obter e difundir notícias – o que requer livre acesso aos meios de comunicação"<sup>142</sup>.

<sup>139</sup> Estudiosos como Joana Puntel (2011) apontam a *Redemptoris Missio* como o primeiro documento no qual o Magistério da Igreja deixa de se referir à comunicação apenas a partir dos meios, instrumentos, mas fala de um "ambiente", de uma cultura. Afirma o documento: "O uso dos *mass-media*, no entanto, não tem somente a finalidade de multiplicar o anúncio do Evangelho: trata-se de um fato muito mais profundo porque a própria evangelização da cultura moderna depende, em grande parte, da sua influência. Não é suficiente, portanto, usá-los para difundir a mensagem cristã e o Magistério da Igreja, mas é necessário integrar a mensagem nesta 'nova cultura', criada pelas modernas comunicações. É um problema complexo, pois esta cultura nasce, menos dos conteúdos do que do próprio fato de existirem novos modos de comunicar com novas linguagens, novas técnicas, novas atitudes psicológicas. O meu predecessor Paulo VI dizia que 'a ruptura entre o Evangelho e a cultura é, sem dúvida, o drama da nossa época'; e o campo da comunicação moderna confirma plenamente este juízo" (n. 37c).

<sup>140</sup> CP, nn. 13-16, 18-21 e 73.

<sup>141</sup> CP, nn. 24 a 28, 32-35 e 44-47.

<sup>142</sup> CP, n. 47.

Em relação à sua prática pastoral, ao reafirmar o Concílio Vaticano II dizendo que a Igreja deve buscar ter diálogo e se relacionar com os homens de seu tempo, o texto especifica que ela "cumpre esta obrigação informando e ouvindo atentamente a opinião pública, dentro e fora da Igreja", pois faz parte da sociedade humana do seu tempo<sup>143</sup>. Além disso, a *Communio et Progressio* ressalta que a comunicação social é um elemento que articula qualquer atividade da Igreja.

Prudência e discernimento também são palavras destacadas pelo Pontifício Conselho, que afirma que o direito à informação e à liberdade de expressão não se sobrepõem ao direito à verdade, à proteção do bom nome dos indivíduos, ao respeito à vida privada das pessoas e ao direito ao segredo se as necessidades, o dever profissional ou o bem comum o exigem<sup>144</sup>.

**A busca da verdade e do bem comum** –Prerrogativas de toda a atividade comunicativa, a busca da verdade exige a rejeição de toda propaganda "que deturpe a realidade ou difunda preconceitos; que espalhe meias verdades, instrumentalize a informação ou omita elementos importantes"<sup>145</sup>. Esta condição também é apresentada ao exercício do jornalismo, que "não deve ceder à tentação do sensacionalismo" e em nome da audiência tirar a notícia do seu contexto ou exagerar os fatos acontecidos.

**A educação para a comunicação** –Para que haja um bom uso dos meios de comunicação, os profissionais e os receptores da mensagem devem instruir-se e saber utilizar todos os recursos dos meios de comunicação.

Tanto as autoridades civis como os dirigentes eclesiais e os educadores devem desempenhar o seu papel, de modo que o bem comum, para o qual tais instrumentos podem contribuir, realize-se plenamente<sup>146</sup>.

Assim, é missão da Igreja educar crianças, jovens e adultos para o bom uso e consumo dos meios de comunicação, para escolherem entre as diversas comunicações e exercerem um senso crítico perante as produções midiáticas<sup>147</sup>.

Importante passo também foi dado pelo documento no que diz respeito a preparação do clero para o uso dos meios de comunicação. O texto afirma que o estudo da Teologia e a formação de novos sacerdotes e religiosos deve ter presen-

<sup>143</sup> CP, nn. 114 e 115.

<sup>144</sup> CP, 42.

<sup>145</sup> CP, nn. 29-30.

<sup>146</sup> CP, n. 63.

<sup>147</sup> CP, nn. 65-70, 81-83 e 107.

te em seu conteúdo as problemáticas da comunicação, bem como sua técnica e fundamentos<sup>148</sup>.

**Profissionalização** –A *Communio et Progressio* demonstrou grande preocupação com a qualidade dos programas da Igreja. Enfatiza a necessidade de que a linguagem nos programas produzidos, seja no rádio, seja na televisão, não pareça um decalque da linguagem dos púlpitos<sup>149</sup>. Por isso, ressaltou a necessidade do trabalho nos meios de comunicação eclesiais serem realizados de forma profissional, por agentes com uma especialização teórica e prática, bem como uma boa formação humana<sup>150</sup>. Para tanto, afirmou, "os produtores católicos têm direito de receber apoio moral da parte da Igreja", porque seria lamentável se o nível dos programas de índole religiosa fosse inferior ao dos programas seculares<sup>151</sup>.

Neste sentido, outra característica importante desse documento

é que ele considera as peculiaridades de cada veículo de comunicação, inclusive o teatro. Leva em conta a situação psicossocial dos usuários na elaboração de projetos de comunicação para a Igreja, pois "todos esses fatores exigem, por parte da pastoral, uma atenta consideração" (CP 162) e o povo deve ser atendido por um "pessoal bem preparado" (CP 162).<sup>152</sup>

### 3.3.2

#### ***Aetatis Novae***

Em comemoração aos 20 anos da publicação da Instrução Pastoral *Communio et Progressio*, o PCCS apresentou ao mundo uma nova instrução pastoral: a *Aetatis Novae*<sup>153</sup>, que, entretanto, não trouxe muitas novidades em relação à primeira, atendo-se a atualizar o discurso da Igreja com vista às novas tecnologias da comunicação, especialmente a Internet. Podemos, entretanto, colher no texto dois importantes contributos: a afirmação da necessidade de uma pastoral que seja "da" e "na" comunicação, bem como de uma atenção à pastoral com os profissionais dos meios de comunicação, frequentemente "expostos a pressões psicológicas e particulares dilemas éticos"<sup>154</sup>.

<sup>148</sup> CP, nn.108 e 111.

<sup>149</sup> CP, n. 128

<sup>150</sup> CP, nn.71 e 72

<sup>151</sup> CP, nn. 104, 128-131, 150-153, 162-164.

<sup>152</sup> PUNTEL, Joana. **A Igreja a caminho na comunicação**. Revista *Teocomunicação*, Porto Alegre, v. 41, n. 2, jul./dez. 2011, p. 231.

<sup>153</sup> Publicada em 22 de fevereiro de 1992. Acessível em [www.vatican.va](http://www.vatican.va).

<sup>154</sup> Cf. CONSELHO PONTIFÍCIO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS. *Aetatis Novae*. Vaticano, 1992, nn. 19,29,33.

Reafirmando o interesse da Igreja sobre a comunicação e sua crença no aspecto positivo das mídias, este documento enfatiza a necessidade de se refletir em nível pastoral sobre as consequências das novas tecnologias. Dedicou especial interesse ao "planejamento pastoral", possuindo, inclusive um anexo com "elementos para um plano pastoral de comunicação". Dentre os conselhos e preocupações do PCCS, a *Aetatis Novae* reafirma a necessidade do profissionalismo nos departamentos de comunicação da Igreja e do investimento na formação doutrinal e espiritual do comunicador católico<sup>155</sup>.

Publicada em 1992, a Instrução admite a influência dos meios de comunicação sobre as culturas, mas ainda não fala de uma cultura propriamente midiática. A reflexão pastoral apresentada por este documento baseia-se na constatação de que a Igreja não pode virar as costas ou renegar a mídia, porque o advento das novas tecnologias condiciona a experiência humana e o que o homem contemporâneo entende por vida e sociedade<sup>156</sup>.

Ao afirmar que "o trabalho dos meios de comunicação não é só uma atividade complementar que vem a se juntar às outras atividades da Igreja"<sup>157</sup>, o Pontifício Conselho reconhece que a comunicação tem uma importância própria, diferenciada, para todos os aspectos da missão da Igreja. A Igreja é comunicação, por isso a comunicação precisa fazer parte de todos os planos pastorais. Não basta, portanto, ter nas igrejas particulares um projeto de pastoral da comunicação, como algo separado ou complementar à missão comum, que seja executado apenas por um grupo específico de agentes pastorais. Afinal, "a comunicação tem, de fato, um contributo a dar a qualquer outro apostolado, ministério ou programa"<sup>158</sup>, porque todos têm a missão de evangelizar e, portanto, de comunicar.

Transcorridas duas décadas da publicação da primeira instrução pastoral sobre a comunicação (*Communio et Progressio*), tendo possuído em seu quadro de consultores especialistas como o filósofo da comunicação Marshall McLuhan<sup>159</sup>, o PCCS se esforçou para atualizar a reflexão intelectual e teológica da Igreja sobre o

<sup>155</sup> Cf. AN, n. 18.

<sup>156</sup> Cf. AN, n. 2.

<sup>157</sup> Cf. AN, n. 17.

<sup>158</sup> Cf. AN, nn. 17 e 23.

<sup>159</sup> Marshall McLuhan (1911-1980) foi um dos grandes teóricos da comunicação, nomeado para o PCCS em 1973, por Paulo VI. Dentre as suas obras publicadas, as mais importantes para a nossa pesquisa são: "O meio é a mensagem", "Guerra e Paz na Aldeia Global" e "Os meios de comunicação como extensões do homem".

fenômeno das novas mídias. Porém, percebemos que muitos conceitos e indicações apresentados em 1971 na *Communio et Progressio* ainda não haviam sido postos em prática em 1992.

Diante disso, o Pontifício Conselho faz um apelo para que os pastores e o povo de Deus aprofundem o sentido de tudo o que diz respeito aos meios de comunicação, e os traduza em projetos "concretos e realizáveis"<sup>160</sup>.

A preocupação é novamente citada quando o texto do documento apresenta como uma necessidade o uso dos meios de comunicação para a evangelização e para a catequese. E acrescenta:

Os meios de comunicação social podem e devem ser instrumentos a serviço do programa de reevangelização e de nova evangelização da Igreja no mundo contemporâneo. [...] A evangelização atual deveria encontrar apoio na presença ativa e aberta da Igreja no mundo das comunicações.<sup>161</sup>

Tal empreendimento, segundo o documento, é um dever dos bispos e, também, dos responsáveis pela decisão da distribuição dos recursos da Igreja. Ou seja, os recursos gastos com comunicação não devem ser vistos como despesa, mas sim como um investimento necessário e prioritário.

### 3.3.3 A Igreja e os "novos areópagos"

O anúncio do Evangelho é um ato de comunicação e como tal precisa levar em consideração o público para o qual se destina e a linguagem utilizada (compreendida) por ele. Vivemos atualmente na "sociedade da tecno-informação"<sup>162</sup>, o que constitui uma verdadeira revolução cultural, que condiciona a linguagem utilizada e os modos de transmitir a mensagem.

Ao constatar que os meios de comunicação são os "areópagos dos tempos modernos"<sup>163</sup>, a Igreja, através do Pontifício Conselho para as Comunicações So-

<sup>160</sup> Cf. AN, nn. 3, 21 e 23-33.

<sup>161</sup> AN, n. 11.

<sup>162</sup> Termo utilizado para definir "a organização geopolítica dada a partir da terceira revolução industrial, com impacto direto no uso das tecnologias da informação e comunicação. O termo surge como uma mudança de paradigma técnico-social presente na sociedade pós-industrial, visando o uso da informação como moeda para a sociedade em constituição naquele momento" (cf. <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/1782>).

<sup>163</sup> Termo usado pelo Papa João Paulo II na Encíclica *Redemptoris Missio* para definir os modernos meios de comunicação. Maria Clara Bingemer explica o significado desta expressão utilizada pelo Pontífice: "Paulo, depois de ter pregado em numerosos lugares, chega a Atenas e vai ao areópago, onde anuncia o Evangelho, usando uma linguagem adaptada e compreensível para aquele ambiente (Cf. At 17,22-31). O areópago representava, então, o centro da cultura do douto povo

ciais, publicou documentos<sup>164</sup> refletindo sobre a necessidade de interpretar os sinais do nosso tempo e, com prudência e responsabilidade, realizar sua missão profética nessa nova realidade, através da integração da mensagem do Evangelho no ambiente criado pelas mídias digitais.

Para que o correto uso das novas tecnologias contribua para o bem comum e o desenvolvimento da humanidade, resguardando a dignidade do homem e elevando-o, a Igreja aponta diversos caminhos éticos e morais, no intuito de evitar que esses poderosos meios sejam utilizados para a doutrinação e para exclusão de populações inteiras, de países mais pobres ou dominados por sistemas políticos ditatoriais.<sup>165</sup> Em "Ética nas comunicações sociais", por exemplo, o PCCS ressalta a necessidade de se promover o protagonismo da sociedade na decisão das políticas de comunicação:

A todos os níveis, esta participação deveria ser organizada, sistemática e genuinamente representativa, não inclinada ao favorecimento de grupos particulares. Este princípio aplica-se até mesmo, e talvez de modo especial, onde os *mass media* são privadamente possuídos e operados em vista do lucro.<sup>166</sup>

Aprofundando a sua reflexão ética sobre a comunicação no contexto da revolução tecnológica, na Introdução do documento "Igreja e Internet", o PCCS afirma que os modernos meios de comunicação desempenham um importante papel na sociedade, especialmente na medida em que possibilitam a criação e o aprofundamento de laços de solidariedade entre os homens.

O texto ressalta ainda que embora as novas tecnologias abram muitas oportunidades para o anúncio do Evangelho, oferecendo às pessoas um acesso direto e imediato a importantes recursos religiosos e espirituais<sup>167</sup>, também pode gerar uma nova forma de exclusão: a falta de informação.

---

ateniense, e hoje pode ser tomado como símbolo dos novos ambientes onde o Evangelho deve ser proclamado" (In "Os Desafios que os Modernos Areópagos apresentam para a Evangelização segundo a Encíclica *Redemptoris Missio* do Papa João Paulo II". Revista Atualidade Teológica nº 38, p. 357).

<sup>164</sup> Em 1997 foi publicado o documento "Ética na publicidade"; em 2000, "Ética nas Comunicações Sociais"; e em 2002, "Igreja e Internet" e "Ética na Internet". Com estes textos, o PCCS reafirma que os modernos meios de comunicação possuem um papel a desempenhar na história da humanidade.

<sup>165</sup> Cf. PONTIFÍCIO CONSELHO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS. **Ética nas Comunicações Sociais**. Vaticano, 2000, nn. 20-24.

<sup>166</sup> **Ética nas comunicações Sociais**, nn. 23-24.

<sup>167</sup> PONTIFÍCIO CONSELHO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS. **Igreja e Internet**. Vaticano, 2002, n. 5.

Por isso, é preciso cuidar para que as novas tecnologias não criem novas formas de desigualdade, exclusão e discriminação<sup>168</sup>, pois numa sociedade em que o valor recai sobre o conhecimento, podem surgir duas classes de pessoas: as "ricas de informação" e as "pobres de informação". A Igreja está preocupada em que neste processo toda a humanidade saia vencedora e não apenas os que possuem mais recursos financeiros.

Neste contexto, "a Igreja contribui com dois elementos de enorme importância: o seu compromisso em benefício da dignidade da pessoa humana e a sua longa tradição de sabedoria moral"<sup>169</sup>. Por isso deve, "juntamente com os seus outros Organismos religiosos, estar visível e ativamente presente na Internet e participar no diálogo público sobre o seu desenvolvimento"<sup>170</sup>. Neste contexto, o PCCS faz uma exortação aos que exercem a liderança na Igreja:

Os líderes da Igreja têm o dever de lançar mão "do [pleno] potencial da 'era do computador' para servir a vocação humana e transcendente do homem e para dar assim glória ao Pai, de quem vêm todas as coisas boas". Eles devem empregar esta tecnologia surpreendente em muitos aspectos diferentes da missão da Igreja explorando, ao mesmo tempo, as oportunidades para a cooperação ecumênica e inter-religiosa no seu uso, "[...] de tal maneira que todos os homens e mulheres possam ouvir falar do amor que está na autocomunicação de Deus em Jesus Cristo, o mesmo ontem, hoje e para toda a eternidade".<sup>171</sup>

Diante de um contexto tão complexo e decisivo para a nova evangelização, no mesmo dia do lançamento de 'Igreja e Internet', o PCCS publicou o documento "Ética na Internet", no qual busca cumprir a sua missão de mãe e educadora da fé, oferecendo princípios éticos para o uso das novas tecnologias, em vista do bem comum. E o princípio ético fundamental que apresenta não poderia ser outro senão o respeito à vida e a dignidade humanas. "O princípio ético fundamental é esse: a pessoa e a comunidade humanas são a finalidade e a medida do uso dos meios de comunicação social"<sup>172</sup>.

Já no documento anterior, de 2000, "Ética nas Comunicações Sociais", o Pontifício Conselho havia apresentado à Igreja uma problemática que exigia a sua atenção:

<sup>168</sup> Cf. PONTIFÍCIO CONSELHO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS. **Ética na Internet**. Vaticano, 2002, n. 10.

<sup>169</sup> **Ética nas Comunicações Sociais**, n. 5.

<sup>170</sup> **Ética na Internet**, n. 18.

<sup>171</sup> Cf. **Igreja e Internet**, nn. 10, 11 e 12.

<sup>172</sup> PONTIFÍCIO CONSELHO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS. **Ética na Internet**. Vaticano: 2002, n. 3. Disponível em [www.vatican.va](http://www.vatican.va).

Um grande bem e um grande mal provêm do uso que as pessoas fazem dos meios de comunicação social. Não obstante geralmente se diga – e com frequência diremos aqui – que os *mass media* fazem isto ou aquilo, não se trata de forças cegas da natureza, fora do controle humano. Pois, embora os atos de comunicação, com frequência, tenham consequências involuntárias, são as pessoas que escolhem usar os *mass media* para finalidades positivas ou negativas, de modo reto ou incorreto.<sup>173</sup>

Esta é uma reflexão importante, porque se é verdade que "os líderes da Igreja têm o dever de lançar mão do potencial da era do computador", é igualmente verdade que isso só tem sentido se "servir a vocação humana e transcendente do homem". Portanto, não pode nunca ter suas estratégias, estruturas, conteúdos e ações desvinculadas de uma ética humana e cristã, ou estarem voltadas para a promoção pessoal.

Os documentos do PCCS que tratam do tema da ética (Ética nas Comunicações Sociais e Ética na Internet) afirmam que o interesse e o empenho da Igreja no mundo das comunicações ultrapassam o domínio da técnica: o interesse é técnico, mas humano, moral e religioso. Por esse motivo, é indispensável para a Igreja formar um espírito crítico tanto no receptor quanto no emissor, evitando-se, assim, a manipulação do Evangelho em prol de interesses particulares, sejam pessoais, ou de grupos.

### 3.4 Reconhecendo a existência da cultura midiática

Em 21 de fevereiro de 2005, o Papa João Paulo II divulgou uma carta apostólica direcionada aos responsáveis da comunicação social, intitulada "O Rápido desenvolvimento". Embora não seja um documento especificamente do PCCS, citaremos algumas de suas reflexões porque, como citado anteriormente, o documento celebra os 40 anos do Decreto *Inter Mirifica* e neste contexto explicita a evolução do pensamento da Igreja acerca da comunicação social.

Na Carta Apostólica, o Pontífice afirma que o mundo dos *mass media* tem necessidade da redenção de Cristo e discorre sobre o discernimento evangélico e o compromisso missionário nessa "nova cultura"<sup>174</sup>, que nasce das "novas lingua-

<sup>173</sup> PONTIFÍCIO CONSELHO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS. *Ética nas comunicações sociais*. Vaticano: 2000, n. 1. Disponível em [www.vatican.va](http://www.vatican.va).

<sup>174</sup> A primeira vez que num documento oficial da Igreja se fala dos meios de comunicação como um lugar de evangelização, um "novo areópago" é na Encíclica *Redemptoris Missio* (1990). Neste documento fala-se também do novo contexto comunicativo como uma "nova cultura" (cf. RM, n. 37c).

gens" da técnica e dos meios digitais. Um grande desafio, que a Igreja precisa enfrentar com coragem e criatividade, sob a inspiração do Espírito Santo.

Com efeito, a Igreja não está chamada unicamente a usar os *mass media* para difundir o Evangelho mas, hoje como nunca, está chamada também a integrar a mensagem salvífica na "nova cultura" que os poderosos instrumentos da comunicação criam e amplificam. Ela sente que o uso das técnicas e das tecnologias da comunicação contemporânea é parte integrante da sua missão no terceiro milênio.<sup>175</sup>

Para D. John Patrick Foley, então presidente do Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais, este documento pontifício "é uma obra-prima de intuição acerca do significado dos instrumentos de comunicação social na nossa época"<sup>176</sup>. Na ocasião do lançamento da Carta Apostólica do Papa João Paulo II, Foley destacou o n. 6 do texto como um sinal claro do reconhecimento da Igreja acerca das oportunidades oferecidas à evangelização pelas novas tecnologias da comunicação. Diz o documento:

A comunicação permeia as dimensões essenciais da Igreja, chamada a anunciar a todos a Boa Nova da salvação. Por isso, ela assume as oportunidades oferecidas pelos instrumentos da comunicação social como percursos dados providencialmente por Deus nos dias de hoje para aumentar a comunicação e tornar o anúncio mais incisivo. Os *mass media* permitem manifestar o caráter universal do Povo de Deus, favorecendo um intercâmbio mais intenso e imediato entre as Igrejas locais, alimentando o conhecimento recíproco e a colaboração. Damos graças a Deus pela presença destes poderosos meios que, se forem usados pelos crentes com o gênio da fé e na docilidade à luz do Espírito Santo, podem contribuir para facilitar a difusão do Evangelho e para tornar mais eficazes os vínculos de comunhão entre as comunidades eclesiais.<sup>177</sup>

Para o então Secretário do Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais, D. Renato Boccardo, em "O Rápido Desenvolvimento" a Igreja "pensa nos *mass media* como agentes ativos na construção de horizontes culturais e de valores"<sup>178</sup>.

Segundo ele, João Paulo II neste texto pensa nos *mass media* numa chave de leitura antropológica, vendo-os "como agentes ativos na construção de horizontes culturais e de valores dentro dos quais cada homem e mulher se inclui a si mesmo, os outros e o mundo"<sup>179</sup>. Boccardo destaca que João Paulo II nos mostra que diante disso é preciso ter uma ampla preocupação com a ética e a formação de menta-

<sup>175</sup> JOÃO PAULO II. **O Rápido Desenvolvimento**. Vaticano, 2005, n. 2.

<sup>176</sup> Conferência proferida em 21 de fevereiro de 2005, na apresentação para a imprensa da Carta Apostólica O Rápido Desenvolvimento, do Papa João Paulo II. Disponível em <http://goo.gl/bCxPXs>.

<sup>177</sup> RD, n. 6.

<sup>178</sup> RD, n.6.

<sup>179</sup> RD, n.6.

lidades para o bom uso dos meios de comunicação, uma vez que estes estão relacionados com o homem e com a sua visão do mundo e da vida.

Em primeiro lugar, a mídia vai construindo modelos de percepção da realidade que muitas vezes obedecem a visões antropológicas já não cristãmente determinadas. Sem pretender ser apocalípticos, mas também sem cair em visões ingênuas demasiado otimistas, não podemos deixar de nos manifestar em relação à representação do sentido da vida que eles hoje lançam na arena do debate público, porque ela está quase totalmente fora de qualquer compreensão cristã da própria vida. De fato, a indústria cultural deu início àquele processo de uma perspectiva cristã imperfeita sobre a vida e a dignidade da pessoa humana da qual o cinema, os *talk show* ou algumas *fiction* são dramáticos testemunhos.<sup>180</sup>

Se pensarmos que na época do lançamento da Carta Apostólica ainda não tínhamos Internet móvel, TV digital e as redes sociais estavam em seus primórdios, é possível perceber o quanto este documento foi intuitivo. João Paulo II chama a atenção para a necessidade de uma "revisão pastoral e cultural", que permitisse à Igreja "ser capaz de enfrentar de maneira apropriada a passagem de época que estamos a viver"<sup>181</sup>.

Ele apresenta a preocupação não apenas com o uso instrumentalista dos meios, mas também com as mudanças que a cultura criada pelas mídias estava provocando na sociedade, desde o desenvolvimento social, político e econômico, até a formação da personalidade, da consciência e do relacionamento humano. E diante desse desafio, propõe três caminhos de ação à Igreja: a formação, a participação e o diálogo. Boccardo comenta:

Em primeiro lugar, a formação: trata-se de sair das situações de ocasionalidade e promover investimentos de recursos humanos que saibam enraizar na reflexão propriamente teológico-pastoral os aspectos e as competências especificamente profissionais. Muitas vezes e em numerosos documentos é recordada a urgência da formação de sacerdotes, religiosos e leigos. Estamos hoje numa época em que esta escolha já não é procrastinável. Depois, a participação. Trata-se de iniciar projetos de cooperação entre as Igrejas para promover e coordenar instrumentos de comunicação social que se tornem espaços possíveis de comunicação segundo perspectivas cristãs. Desta forma, ter-se-á também a ocasião para se opor, entre outras coisas, ao processo de construção da opinião pública, que hoje é regulada com frequência por interesses e poderes econômicos: "É necessário fazer crescer a cultura da coresponsabilidade. Por fim, o diálogo, que os meios de comunicação podem favorecer precisamente a diversos níveis, os quais "são veículos de conhecimento recíproco, de solidariedade e de paz. Eles constituem um recurso positivo poderoso, se forem postos ao serviço da compreensão entre os povos; ao contrário, serão uma 'arma' destruidora, se forem usados para alimentar injustiças e conflitos".<sup>182</sup>

<sup>180</sup> RD, n.6.

<sup>181</sup> RD, n. 8.

<sup>182</sup> BOCCARDO, Renato. Conferência proferida em 21 de fevereiro de 2005, na apresentação para a imprensa da Carta Apostólica O Rápido Desenvolvimento, do Papa João Paulo II. Disponível em <http://goo.gl/bCxPXs>.

Aos que sejam tentados pelo desânimo, o João Paulo II exorta na Carta Apostólica: "Não tenhais medo! Não tenhais medo das novas tecnologias! Não tenhais medo das vossas debilidades e da vossa preparação insuficiente!"<sup>183</sup>

*Aggiornamento!* Esta palavra italiana que significa "atualização" e que foi utilizada para definir o sentimento da Igreja do Concílio Vaticano II é também uma marca da Carta Apostólica "O Rápido Desenvolvimento". Diante da cultura digital, o Papa conclama todos os fiéis a verem a Internet não como uma ameaça, mas como oportunidade de fazer uma comunicação interativa<sup>184</sup>.

[...] os *mass media* revelam-se uma oportunidade providencial para alcançar os homens em todas as latitudes, superando barreiras de tempo, de espaço e de língua, formulando nas modalidades mais diversas os conteúdos da fé e oferecendo, a todos os que as procuram, metas seguras que permitam entrar em diálogo com o mistério de Deus plenamente revelado em Jesus Cristo. [...] Se, como já foi revelado, as comunicações sociais dizem respeito a diversos âmbitos da expressão da fé, os cristãos devem ter em consideração a cultura midiática na qual vivem: da liturgia, máxima e fundamental expressão da comunicação com Deus e com os irmãos, à catequese que não pode prescindir do fato que se destina a sujeitos que são influenciados pela linguagem e pela cultura contemporâneas. O atual fenômeno das comunicações sociais impulsiona a Igreja a fazer uma espécie de revisão pastoral e cultural, a fim de ser capaz de enfrentar de maneira apropriada a passagem de época que estamos a viver.<sup>185</sup>

João Paulo II contribuiu ainda com a evolução do pensamento e da política comunicacional da Igreja e na educação para a comunicação dos fiéis através de suas mensagens para o Dia Mundial das Comunicações Sociais, celebrado anualmente no Domingo da Ascensão. Seu sucessor, Bento XVI e, atualmente, Francisco, continuaram e aprofundaram essas reflexões e adotaram, também, diversas ações midiáticas, como a criação de canais no YouTube, conta no Twitter e Instagram e reforma dos meios de comunicação do Vaticano.

## Conclusão

A Igreja tem como uma de suas razões de ser a comunicação da fé<sup>186</sup> no Ressuscitado que passou pela Cruz e do Reino de Deus. Por isso pode-se afirmar

<sup>183</sup> Cf. **RD**, n. 14. Em "Igreja e Internet" o PCCS já havia conclamado os líderes da Igreja a "compreender os meios de comunicação social, aplicar esta compreensão na elaboração de planos pastorais para as comunicações sociais, juntamente com políticas e programas concretos nesta área" (cf. n.11).

<sup>184</sup> Cf. **RD**, n.9.

<sup>185</sup> **RD**, nn. 5 e 8.

<sup>186</sup> BABIN, P.; MCLUHAN, M. **Era electrónica um novo homem um cristão diferente**. Lisboa: Multinova, 1978, p. 117.

que comunicação e Igreja sempre foram realidades que se encontraram na história. "Ide pelo mundo e evangelizai", foi a ordem de Jesus aos apóstolos (Mc 16, 15). Esse "ide" traz em sua essência a comunicação e a coloca entre as prioridades pastorais da Igreja.

No decorrer deste capítulo vimos como a invenção dos meios de comunicação trouxe, em algumas épocas da história, o temor pelas heresias, pela secularização e pela banalização da fé. Isto explica, por um lado, porque os novos meios de comunicação que surgiram desde a invenção da tipografia, em 1455, foram recebidos com medo e desconfiança pela Igreja, apesar de alguns passos positivos terem sido dados pelos Papas Leão XIII (1878-1903), Pio XI (1922-1939) e Pio XII (1939-1958).

Com o Concílio Vaticano II houve uma importante mudança de paradigma por parte da Igreja, que passou a ver os meios de comunicação como dons de Deus que podem estar à serviço da evangelização do homem moderno. A Igreja deixou uma posição passiva, retraída e negativa, para assumir uma posição ativa, propositiva e positiva. O entendimento entretanto ainda era instrumentalista. Somente algumas décadas depois o Magistério passou a se referir ao contexto cultural criado pela comunicação e começou a falar em integração da mensagem do Evangelho ao "continente" (ambiente) digital, sem, entretanto, conseguir efetivamente passar da reflexão teórica para a prática pastoral, de forma eficiente e eficaz, porque essa passagem exige conversão pastoral<sup>187</sup>.

O Concílio preparou a Igreja para enfrentar o grande desafio, e também a grande oportunidade apresentada hoje pela cultura midiática à evangelização. O avanço das tecnologias digitais, que criam uma nova cultura e um novo modo de viver, exige que a Igreja reformule a sua prática comunicacional e passe de uma pastoral dos meios<sup>188</sup> para uma efetiva pastoral "da" e "na" comunicação. Em nossa pesquisa, através do estudo de importantes teóricos, constatamos que não basta mais possuir e utilizar a mídia apenas como instrumento, nem transferir conteúdos

<sup>187</sup> A conversão pastoral consiste numa mudança de estruturas pastorais, métodos eclesiais e novas atitudes dos pastores: passar de uma pastoral interna para uma que dialoga com o mundo. Como afirma o Documento de Aparecida: "nenhuma comunidade deve isentar-se de entrar decididamente, com todas as forças, nos processos constantes de renovação missionária e de abandonar as ultrapassadas estruturas que já não favoreçam a transmissão da fé" (n. 365).

<sup>188</sup> Chamamos de "pastoral dos meios" uma ação pastoral que privilegie a aquisição e administração de meios de comunicação, sem levar em consideração os processos comunicativos e a cultura midiática.

produzidos na linguagem analógica para os meios digitais, sem adequação dessa linguagem. É preciso compreender essa nova cultura para interagir com ela.

Desde 1964, quando foi aprovado e publicado o Decreto *Inter Mirifica*, as Igrejas particulares buscaram adquirir meios de comunicação. Os documentos do Magistério pós conciliar chamaram repetidamente a atenção dos líderes da Igreja para a necessidade de se investir no profissionalismo e na formação dos sacerdotes e agentes pastorais, não só quanto às técnicas comunicacionais, mas também quanto ao aspecto doutrinal, ético e vivência da espiritualidade. Com o surgimento e o desenvolvimento da Internet, que possibilitaram as comunidades em rede digital, este desafio ficou ainda mais latente.

Diante do contexto histórico e cultural criado pelas novas tecnologias, a Igreja foi mais uma vez impelida a avançar para o mar aberto e lançar suas redes em águas profundas (Lc5, 1-11), agora representadas pelo mundo das comunicações digitais, cujo novo ambiente precisa ser habitado para que a mensagem do Evangelho seja integrada a ele.

Por esse motivo, o Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais, publicou documentos no qual incentiva e orienta as Igrejas particulares a usarem as tecnologias da comunicação e se beneficiarem de seus recursos na missão *ad gentes*. Também incentiva a participação de membros da Igreja no desenvolvimento dos processos e políticas comunicacionais, para garantir que sirvam para o bem comum e contribuam para o desenvolvimento humano, assim como aprofundem a reflexão ética acerca da utilização das tecnologias da comunicação.

O problema hoje, porém, não é tanto saber o que deve ser feito, mas como deve ser feito. Porque para estabelecer esse "como" é preciso ter entendimento e estar inserido na cultura criada pela comunicação e adquirir uma expertise (uma competência ou qualidade de especialista), que não é conseguida forma espontânea, mas exige senso crítico, reflexão e trabalho.

Esta é a questão que inspirou a reflexão que faremos a seguir: "O rosto necessário para a Igreja hoje", que possibilitará a ela adquirir a cidadania do mundo digital. Veremos a necessidade de adotar uma nova prática comunicacional que assuma a comunicação como parte da essência da Igreja, gerando um movimento de renovação pastoral.